

Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	5
Anexo	
1 Identificação da Entidade.....	6
2 Referencial contábilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	6
3 Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros.....	7
4 Ativos fixos tangíveis.....	13
5 Ativos intangíveis.....	13
6 Investimentos financeiros.....	14
7 Inventários.....	14
8 Créditos a receber.....	15
9 Estado e outros entes públicos.....	15
10 Diferimentos.....	15
11 Outros ativos correntes.....	16
12 Caixa e depósitos bancários.....	16
13 Fundos patrimoniais.....	16
14 Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....	16
15 Fornecedores.....	17
16 Outros passivos correntes.....	17
17 Vendas e serviços prestados.....	17
18 Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
19 Fornecimentos e serviços externos.....	18
20 Gastos com o pessoal.....	19
21 Imparidade de dívidas a receber.....	19
22 Outros rendimentos.....	19
23 Outros gastos.....	19
24 Compromissos.....	20
25 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
26 Acontecimentos após a data de balanço.....	20
27 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.....	20

Entidade: Associação Gerações - Associação de Educação, Solidariedade e Serviços

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	143,550.69	165,158.84
Ativos intangíveis	5	60.27	96.43
Investimentos financeiros	6	5,876.51	5,660.73
		149,487.47	170,916.00
Ativo corrente			
Inventários	7	5,442.95	8,573.53
Créditos a receber	8	1,973.03	2,021.93
Estado e outros entes públicos	9	1,546.68	1,613.71
Diferimentos	10	7,779.86	5,902.71
Outros ativos correntes	11	21,336.32	5,844.89
Caixa e depósitos bancários	12	314,101.23	337,751.47
		352,180.07	361,708.24
Total do Ativo		501,667.54	532,624.24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	5,000.00	5,000.00
Resultados transitados	13	363,301.94	344,007.94
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	14	23,076.93	25,384.62
		391,378.87	374,392.56
Resultado líquido do período		(35,158.06)	19,294.00
Total dos fundos patrimoniais		356,220.81	393,686.56
Passivo			
Passivo não corrente			
		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	15	13,323.93	14,900.98
Estado e outros entes públicos	9	15,345.50	12,711.92
Diferimentos	10	23,482.33	13,203.29
Outros passivos correntes	16	93,294.97	98,121.49
		145,446.73	138,937.68
Total do passivo		145,446.73	138,937.68
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		501,667.54	532,624.24

Vila Nova de Famalicão, 10 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO
 Vasco Manuel Sousa Ferreira da Silva

A DIREÇÃO
 Mário da Costa Martins
 Gabriel Jacinto Miranda de Sousa
 Ana Rita Araújo Barroso
 Joaquim Leitão Pereira
 Ana Rita Lopes Gonçalves

Entidade: Associação Gerações - Associação de Educação, Solidariedade e Serviços

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	17	212,922.12	173,084.80
Subsídios, doações e legados à exploração	18	473,190.49	481,995.26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(32,361.74)	(26,097.46)
Fornecimentos e serviços externos	19	(174,337.32)	(146,418.90)
Gastos com o pessoal	20	(499,181.71)	(431,046.06)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	28.80	(5,909.55)
Outros rendimentos	22	10,871.36	5,059.84
Outros gastos	23	(2,270.27)	(8,931.72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(11,138.27)	41,736.21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(24,019.79)	(22,442.21)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(35,158.06)	19,294.00
Resultados antes de impostos		(35,158.06)	19,294.00
Resultado líquido do período		(35,158.06)	19,294.00

Vila Nova de Famalicão, 10 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vasco Manuel Sousa Ferreira da Silva

A DIREÇÃO

Mário da Costa Martins
 Gabriel Jacinto Miranda de Sousa
 Ana Rita Araújo Barroso
 Joaquim Leitão Pereira
 Ana Rita Lopes Gonçalves

Entidade: Associação Gerações - Associação de Educação, Solidariedade e Serviços

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		214,888.92	175,587.09
Pagamentos a fornecedores		(205,289.42)	(174,835.00)
Pagamentos ao pessoal		(498,492.49)	(404,584.64)
Caixa gerada pelas operações		(488,892.99)	(403,832.55)
Outros recebimentos/pagamentos		473,098.03	499,961.93
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(15,794.96)	96,129.38
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7,480.52)	(30,843.57)
Ativos intangíveis		-	(108.48)
Investimentos financeiros		(1,583.64)	(1,153.69)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		1,367.86	-
Juros e rendimentos similares		218.01	116.28
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(7,478.29)	(31,989.46)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(376.99)	(371.15)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(376.99)	(371.15)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		337,751.47	273,982.70
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	314,101.23	337,751.47

Vila Nova de Famalicão, 10 de março de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Vasco Manuel Sousa Ferreira da Silva

A DIREÇÃO

Mário da Costa Martins
Gabriel Jacinto Miranda de Sousa
Ana Rita Araújo Barroso
Joaquim Leitão Pereira
Ana Rita Lopes Gonçalves

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1. Denominação da Entidade

A “Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços” constituída por escritura pública no 2.º Cartório Notarial de Vila Nova de Famalicão, no dia 22 de outubro de 1999, com início de atividade para efeitos de IVA e IRC em 25 de outubro de 1999, tem como número de identificação fiscal - 504 634 208 e é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral da Ação Social, no livro das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 110/00, a fls.97 verso, em 15 de fevereiro de 2000.

1.2. Sede social

Sede social: Avenida Marechal Humberto Delgado, n.º 515, 4760-012 Vila Nova de Famalicão

Correio eletrónico: geral@associacaogeracoes.com

Sítio da Instituição: www.associacaogeracoes.com

1.3. Natureza da atividade

Os estatutos da associação estabelecem no seu artigo 2.º o seguinte: -----

A associação tem por objetivo geral contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo o seu âmbito de ação nacional. -----

Códigos C.A.E. aplicáveis:

85100 – Educação pré-escolar.

88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento.

88910 – Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

2.3. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente ao período de 2022, a rubrica do balanço “Créditos a receber”, passou a integrar apenas os saldos devedores das diversas contas de terceiros, nomeadamente da conta 21 – Clientes e utentes, da conta 221 – Fornecedores, da conta 23 – Pessoal e da conta 278 – Outros devedores, transitando os saldos devedores das restantes contas para a rubrica “Outros ativos correntes”. Nesse sentido e para efeitos de comparabilidade das contas foi utilizado o mesmo critério para o período de 2021.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- **Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- **Regime do acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- **Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- **Materialidade e agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- **Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

- **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo.

b) Outras políticas contabilísticas;

- **Ativos fixos tangíveis**

Os “*Ativos fixos tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	7 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 - 14
Outros ativos fixos tangíveis	6 - 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”, consoante se trate de mais ou menos valias.

- **Ativos intangíveis**

Os “*Ativos intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3
...	

- **Inventários**

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

- **Instrumentos financeiros**

- Cientes e outros créditos

- Os “*Cientes*” e as “*Outros créditos*” encontram-se registradas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

- As “*Perdas por Imparidade*” são registradas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

- Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

- Caixa e depósitos bancários

- A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

- As dívidas registradas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

- **Fundos patrimoniais**

- A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

- Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
 - fundos acumulados e outros excedentes;
 - subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

- **Provisões e passivos contingentes**

- Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

- O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

- Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

- Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

- **Estado e outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

- **Subsídios do Estado**

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à

medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- **Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro;

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não foram alteradas as políticas contabilísticas.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não foram alteradas as estimativas contabilísticas.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não existiram, no período, correção de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2022							
Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2022
Custo							
Edifícios e outras construções	442,098.62	-	-	-	-	-	442,098.62
Equipamento básico	58,951.49	119.99	-	-	-	-	59,071.48
Equipamento de transporte	45,521.16	-	-	-	-	-	45,521.16
Equipamento administrativo	121,966.74	344.38	-	-	-	-	122,311.12
Outros ativos fixos tangíveis	11,530.60	1,911.11	-	-	-	-	13,441.71
Total	680,068.61	2,375.48	-	-	-	-	682,444.09
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	306,362.10	15,650.84	-	-	-	-	322,012.94
Equipamento básico	51,986.24	3,206.96	-	-	-	-	55,193.20
Equipamento de transporte	45,521.16	-	-	-	-	-	45,521.16
Equipamento administrativo	99,852.13	4,719.67	-	-	-	-	104,571.80
Outros ativos fixos tangíveis	11,188.14	406.16	-	-	-	-	11,594.30
Total	514,909.77	23,983.63	-	-	-	-	538,893.40
Quantia escriturada							143,550.69

31 de dezembro de 2021							
Descrição	Saldo em 01-jan-2021	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2021
Custo							
Edifícios e outras construções	408,967.88	33,130.74	-	-	-	-	442,098.62
Equipamento básico	58,770.55	180.94	-	-	-	-	58,951.49
Equipamento de transporte	45,521.16	-	-	-	-	-	45,521.16
Equipamento administrativo	119,283.68	2,683.06	-	-	-	-	121,966.74
Outros ativos fixos tangíveis	11,530.60	-	-	-	-	-	11,530.60
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	644,073.87	35,994.74	-	-	-	-	680,068.61
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	292,236.81	14,125.29	-	-	-	-	306,362.10
Equipamento básico	48,745.77	3,240.47	-	-	-	-	51,986.24
Equipamento de transporte	45,521.16	-	-	-	-	-	45,521.16
Equipamento administrativo	95,244.32	4,607.81	-	-	-	-	99,852.13
Outros ativos fixos tangíveis	10,731.55	456.59	-	-	-	-	11,188.14
Total	492,479.61	22,430.16	-	-	-	-	514,909.77
Quantia escriturada							165,158.84

5. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2022							
Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2022
Custo							
Programas de computador	8,732.71	-	-	-	-	-	8,732.71
Total	8,732.71	-	-	-	-	-	8,732.71
Depreciações acumuladas							
Programas de computador	8,636.28	36.16	-	-	-	-	8,672.44
Total	8,636.28	36.16	-	-	-	-	8,672.44
Quantia escriturada							60.27

31 de dezembro de 2021

Descrição	Saldo em 01-jan-2021	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2021
Custo							
Programas de computador	8,624.23	108.48	-	-	-	-	8,732.71
Total	8,624.23	108.48	-	-	-	-	8,732.71
Depreciações acumuladas							
Programas de computador	8,624.23	12.05	-	-	-	-	8,636.28
Total	8,624.23	12.05	-	-	-	-	8,636.28
						Quantia escriturada	96.43

6. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

No período de 2022 esta rubrica apresentou os seguintes movimentos:

Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2022
Fundo de Compensação	5,660.73	1,583.64	(1,367.86)	-	5,876.51
...	-	-	-	-	-
Total	5,660.73	1,583.64	(1,367.86)	-	5,876.51

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2022	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2022	CMVMC em 2022
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8,573.53	29,231.16	-	5,442.95	32,361.74
Total	8,573.53	29,231.16	-	5,442.95	32,361.74

Descrição	Inventário em 01-jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2021	CMVMC em 2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7,748.61	26,922.38	-	8,573.53	26,097.46
Total	7,748.61	26,922.38	-	8,573.53	26,097.46

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se referem exclusivamente a peças de vestuário (batas, t-shirts, fatos de treino, polos, etc.).

8. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Cientes e Utentes c/c:		
Utentes	873.10	6,557.35
Saldos devedores de fornecedores	1,099.93	1,038.00
Saldos devedores de fornecedores de Investimentos	-	46.13
Outros devedores	-	290.00
...	-	-
Perdas por imparidade	-	(5,909.55)
Total	1,973.03	2,021.93

9. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1,546.68	1,613.71
...	-	-
Total	1,546.68	1,613.71
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	4,761.35	3,607.97
Segurança Social	10,584.15	9,103.95
...	-	-
Total	15,345.50	12,711.92

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Gastos a reconhecer		
Rendas	4,413.39	4,413.39
Seguro	3,132.23	1,260.13
Outros	234.24	229.19
Total	7,779.86	5,902.71
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades	13,328.60	13,203.29
IEFP - Estágio 0144/TE/22	3,253.80	-
Segurança Social - Apoio extraordinário 2023	6,899.93	-
....	-	-
Total	23,482.33	13,203.29

11. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a receber	29.75	37.19
Outros acréscimos de rendimentos:		
ISS - Acordo de cooperação	2,926.02	1,152.86
Outros	-	4,654.84
Entidades do setor público administrativo:		
ISS - Instituto da Segurança Social	9,269.91	-
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	9,110.64	-
...	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	21,336.32	5,844.89

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	76.77	95.85
Depósitos à ordem	164,024.46	187,655.62
Depósitos a prazo	150,000.00	150,000.00
Outros	-	-
Total	314,101.23	337,751.47

13. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2022
Fundos	5,000.00	-	-	5,000.00
Resultados transitados	344,007.94	19,294.00	-	363,301.94
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	25,384.62	-	2,307.69	23,076.93
Resultado líquido do período	19,294.00	(35,158.06)	19,294.00	(35,158.06)
Total	393,686.56	(15,864.06)	21,601.69	356,220.81

14. Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais

No período de 2022 esta rubrica apresentou os seguintes movimentos:

Descrição	Saldo em 01-jan-2022	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	Saldo em 31-dez-2022
Subsídios ao investimento	25,384.62	-	2,307.69	-	23,076.93
Doações	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-
Total	25,384.62	-	2,307.69	-	23,076.93

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores c/c	13,323.93	14,900.98
...		
Total	13,323.93	14,900.98

16. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes” é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Outras dívidas a pagar		
Saldos credores de Utentes	89.50	71.60
Pessoal	20,236.12	21,777.85
Fornecedores de investimentos	293.08	5,444.25
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	2.04	84.00
Remunerações a liquidar	72,301.51	70,070.56
Eletricidade	246.15	194.16
Água	92.57	400.83
Comunicação	23.51	19.94
Outros	10.49	58.30
Total	93,294.97	98,121.49

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados:”

Vendas

Descrição	2022	2021
Mercadorias	-	-
Materiais de consumo	3,738.50	3,718.50
Total	3,738.50	3,718.50

Prestação de Serviços

Descrição	2022	2021
Quotas dos utilizadores	208,862.12	169,103.80
Quotizações e Jóias	321.50	262.50
Total	209,183.62	169,366.30

Vendas + Prestação de Serviços	212,922.12	173,084.80
---------------------------------------	-------------------	-------------------

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2022	2021
Subsídios das entidades públicas	472,523.79	481,592.71
Doações e heranças	666.70	402.55
...	-	-
Total	473,190.49	481,995.26

Entidades públicas:

Descrição	2022	2021
Segurança Social - Acordos de cooperação	457,242.81	426,379.70
Segurança Social - Layoff Simplificado	3,102.20	17,861.04
I.E.F.P. - Apoio extr. à normalização da atividade	-	29,260.00
I.E.F.P. - Estágio 0144/TE/22	9,761.40	-
AT - Consignação de IRS e IVA	1,041.38	1,331.47
Município de Vila Nova de Famalicão	200.00	6,000.00
IAPMEI - Aumento RMMG	1,176.00	760.50
Total	472,523.79	481,592.71

No âmbito da pandemia de COVID-19 mantiveram-se os apoios às entidades empregadoras cujo setor de atividade se encontrasse sujeito ao dever de encerramento. A Instituição encerrou de 1 a 9 de janeiro de 2022.

Entre os apoios financeiros atribuídos à Instituição e destinados exclusivamente ao pagamento de remunerações usufruímos do “Layoff simplificado – 3.102,20€” pago pela Segurança Social.

Há uma diferença de 5.126,77€ entre o valor pago pela Segurança Social, no âmbito do acordo de cooperação (462.369,58€) no ano de 2022, e o valor contabilizado nas subcontas da 7511 (457.242,81€).

Esta diferença resulta da periodização económica das mais variadas participações, nomeadamente:

Quadro 10

Apoio extraordinário pago em 2022, relativo ao período de 2023 (-6.899,93€);

Quadro 11

Comparticipações pagas em 2022, relativas ao período de 2021 (-1.152,86€);

Imputação de participações relativas ao período de 2022, pagas pela segurança social em 2023 (+2.926,02€).

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	31,862.11	24,671.60
Materiais	9,209.32	6,067.31
Energia e fluidos	14,480.78	12,774.73
Deslocações, estadas e transportes	10,342.11	5,501.65
Serviços diversos (*)	108,443.00	97,403.61
Rendas e alugueres	53,961.07	53,285.68
Refeições a utentes	44,890.41	35,481.33
Seguros	2,993.20	2,696.91
Total	174,337.32	146,418.90

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2022 e 2021, foi de onze. A Direção tem cinco membros e, a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, três membros cada.

Os órgãos sociais da Instituição não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas remuneradas, ao serviço em 2022 e 2021, foi de “28”.

Os gastos incorridos com os funcionários nos períodos mencionados foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	405,208.48	355,770.27
Indemnizações	-	399.00
Encargos sobre as remunerações	86,247.71	67,175.56
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3,449.75	3,338.19
Outros gastos com o pessoal	4,275.77	4,363.04
Total	499,181.71	431,046.06

21. Imparidade de dívidas a receber

Nos períodos de 2022 e de 2021, o detalhe desta rubrica era como segue:

Descrição	2022			2021		
	Perdas	Reversões	Total	Perdas	Reversões	Total
Em dívidas a receber	-	28.80	28.80	5,909.55	-	5,909.55
...	-	-	-	-	-	-
	-	28.80	28.80	5,909.55	-	5,909.55

22. Outros rendimentos

A rubrica de “*Outros rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos suplementares	2,145.40	193.44
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Outros:		
Correções relativas a períodos anteriores	6,207.64	2,372.55
Imputação de subs.p/investimentos e doações	2,307.69	2,307.69
Outros não especificados	0.06	32.69
Juros obtidos	210.57	153.47
Total	10,871.36	5,059.84

23. Outros gastos

A rubrica de “*Outros gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	-	341.08
Outros:		
Correções relativas a períodos anteriores	1,382.19	7,725.15
Quotizações	502.00	492.00
Outros não especificados	9.10	2.29
Gastos de financiamento	376.98	371.20
Total	2,270.27	8,931.72

24. Compromissos

Garantias e avales prestados

De acordo com a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, a Associação Gerações – Associação de Educação, Solidariedade e Serviços não tinha responsabilidades, à data de 31 de dezembro de 2022.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Acontecimentos após data de balanço

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31 de dezembro de 2022) e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram outros factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

27. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 10 de março de 2023.

Vila Nova de Famalicão, 10 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Vasco Manuel Sousa Ferreira da Silva

A Direção

Mário da Costa Martins
Gabriel Jacinto Miranda de Sousa
Ana Rita Araújo Barroso
Joaquim Leitão Pereira
Ana Rita Lopes Gonçalves